



A LITERATURA DE RESISTÊNCIA COMO MEDIADORA NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO DA CRIANÇA NEGRA

Mário Henrique dos Santos Lopes
(PROFLETRAS/UEMS)

Eliane Maria de Oliveira
(PROFLETRAS/UEMS)

Resumo: A literatura infantil pode ser utilizada para quebrar padrões preconceituosos através da sua relação com os contextos sociais de cada época (CANDIDO, 1976), nesse sentido, há necessidade dos professores apontarem e discutirem métodos para o desenvolvimento cognitivo e ideológico da criança, com intuito de ressignificar paradigmas racistas baseados em uma falsa ideia de democracia racial, que gerou em nosso país o racismo velado, pela perspectiva das relações raciais livres de uma escala de valores (DOMINGUES, 2005). Este artigo tem como objetivo fazer uma investigação acerca dos processos científicos históricos sobre o percurso do negro na sociedade brasileira, a partir do estudo e pesquisa sobre os conceitos de raça, racismo (MUNANGA, 2003) e identidade (HALL, 2009) e para isso utilizando como *corpus Menina Bonita do Laço de Fita* (MACHADO, 2011), como texto de resistência para fomentar o empoderamento da criança negra dentro do ambiente escolar. Há necessidade de se discutir questões pertinentes ao negro por meio da literatura para integração entre todos os cidadãos? Certamente, pois a literatura além de arte, serve para criticar, delatar e expressar-se diante de questões como o racismo por exemplo, dessa forma, o texto literário surge como materialidade específica da linguagem, pois permite o diálogo com os diversos contextos históricos que formam a identidade cultural de uma nação. É de suma importância que a literatura de resistência seja integrada às práticas de ensino, como mediadora para a quebra destes padrões preconceituosos, podendo colaborar para a busca e aceitação da criança negra, e sua interação de maneira paritária com a sociedade em que se insere.

Palavras-chave: Literatura infantil. Raça e racismo. Identidade. Práticas de ensino. Ana Maria Machado.

THE LITERATURE OF RESISTANCE AS A MEDIATOR IN BLACK CHILD EMPOWERMENT PROCESS

Abstract: *Children's literature can be used to break prejudiced patterns through their relationship with the social contexts of each age (CANDIDO, 1976); in this sense, teachers need to point out and discuss methods for the cognitive and ideological development of children, with the purpose of reignifying racist paradigms based on a false idea of racial democracy, which has generated veiled racism in our country from the perspective of free race relations on a scale of values (DOMINGUES, 2005). This work aims to investigate the historical scientific processes on black's path in Brazilian society, based on the study and research on the concepts of race, racism (MUNANGA, 2003) and identity (HALL, 2009), using as corpus *Menina Bonita do Laço de Fita* (MACHADO, 2011), as a resistance text to foster the empowerment of black child within the school environment. Is it necessary to discuss issues pertaining to black people through*

literature for integration among all citizens? Certainly, because literature, besides art, serves to criticize, and express itself in the face of issues such as racism, for example, in this way, the literary text emerges as a specific materiality of language, as it allows dialogue with the various historical contexts that form the cultural identity of a nation. It is extremely important that resistance literature be integrated into teaching practices as a mediator to break down these prejudiced patterns, and may collaborate in the search for and acceptance of black children, and their interaction in a peer manner with the society in which it is inserted.

Keywords: *Children's literature. Race and Racism. Identity. Teaching practices. Ana Maria Machado.*

Introdução

A obra *Menina Bonita do Laço de Fita* de Ana Maria Machado, publicada em 1986, e vencedora de prêmios nacionais e internacionais, considerada em 1996 como melhor livro de literatura infantil Latino-americano pela ALIJA¹, em Buenos Aires, pode ser estudada como literatura de resistência, pois sua composição traz uma abordagem étnico-racial que serve para incitar o empoderamento da criança negra, dentro da escola e fora dela.

Essa narrativa também contribui para a adaptabilidade individual dentro dos diversos contextos sociais em que a criança se insere, pois se constitui de elementos referentes à cultura do povo negro, e serve também para difundir entre os leitores de cores diferentes, o respeito e principalmente a aceitação da diversidade cultural dentro do mesmo ambiente.

Ana Maria Machado faz uma inversão de valores quando traz para o público infantil, um personagem branco que sente vontade de ter filhos negros e também de ser negro. Para que possamos compreender a importância desta inversão, é relevante evidenciar processos históricos que marginalizaram o negro na sociedade brasileira, processos estes, que ocorrem desde o período da colonização e que tomaram força com a propagação do mito da democracia racial, o qual, teoricamente, seria “um sistema racial, desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial [...] um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação” (DOMINGUES, 2005, p. 116).

Podemos compreender o preconceito racial por meio dos conceitos de raça, racismo e identidade, assim como traçar diálogos entre eles e a função da literatura como

¹ ALIJA – Asociación de Literatura Infantil y Juvenil de la Argentina. [Associação de Literatura Infanto-juvenil da Argentina].

texto de resistência, pois o texto literário compreende em sua constituição um diálogo entre a sociedade e sua composição de forma recíproca (CANDIDO, 1976).

A literatura infanto-juvenil serve também para quebrar padrões preconceituosos. Nessa perspectiva, há a necessidade de os professores apontarem e discutirem métodos para o desenvolvimento cognitivo e ideológico da criança, por meio de obras infantis e infanto-juvenis, no sentido de promover entre seus alunos uma percepção positiva do que é diferente (ZILBERMAN, 2003).

O texto literário, em suas diversas composições, permite realizar diálogos que aproximam o leitor infantil dos contextos pertinentes a sua formação individual. Podemos pensar nesses contextos como a cultura de um determinado grupo, e conseqüentemente tudo o que deriva dela. As questões raciais estão ligadas à formação do povo brasileiro, segundo Gilberto Freyre (1933), pois representam um dos pilares de nossa identidade, desde os períodos de colonização por meio do percurso histórico da sociedade brasileira.

A obra de Ana Maria Machado, que tomamos como *corpus* para esse artigo, apresenta em seu conteúdo diversos fatores que aproximam a criança negra de um protagonismo em relação ao branco e, dessa forma, este trabalho tem como objetivo principal dialogar a respeito da importância deste protagonismo, que não acontece de maneira paritária durante os processos de desenvolvimento do negro como parte da sociedade.

Para que possamos traçar este diálogo, utilizando o texto literário como fonte dialética, devemos também buscar analisar as representações históricas que darão base aos questionamentos propostos. Tais representações derivam dos conceitos de raça e racismo, e também do estudo da formação identitária do homem negro.

1. Raça e racismo

O racismo consiste na hierarquização das raças por meio de uma escala de valores, atribuindo ao negro e tudo o que norteia, como a sua cultura e a inferioridade perante o branco. O termo referido tem conceito de constructo social, pois foi estendido dos estudos biológicos para as ciências sociais, visando o combate à segregação entre pessoas de diversas etnias (MUNANGA, 2003).

A respeito do conceito de raça, Munanga (2003, p. 3) afirma que, “no século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d’água entre as chamadas raças”, sendo então, a categoria “raça” considerada como uma

classificação biológica. Essa classificação foi superada posteriormente pela ciência e não é mais vigente. O que se denomina por raça não tem nenhuma relação genética entre os indivíduos.

Nesse sentido, raça não se baseia em nenhuma realidade natural, pois tal conceito procede de uma classificação social de determinados grupos, tendo como representação a diversidade étnica dos seres humanos, ou seja, é impossível combater o racismo, sem reconhecer o constructo social e político do termo “raça”.

O autor elucida que, se as classificações dos naturalistas, acerca do conceito de raça se limitassem às características físicas de grupos humanos, estas não teriam causado nenhuma adversidade à humanidade (MUNANGA, 2003). A problemática consiste na hierarquização das raças, por meio de uma escala de valores, como por exemplo, qualidades morais, culturais e intelectuais, pela auto-decretação de uma suposta superioridade de indivíduos brancos em relação aos não-brancos.

No início do século XX, a raciologia, uma teoria pseudocientífica de sustentação doutrinária, também fundamentada na classificação humana, concebia, da mesma forma a superioridade de indivíduos brancos em relação aos demais. Segundo Munanga (2003), essa teoria servia para justificar sistemas de dominação racial.

A raciologia se embasava no darwinismo social, ou seja, no final do século XIX, o conceito de seleção natural, de Charles Darwin, a respeito da evolução e adaptação das espécies, havia se estendido da biologia para o campo das ciências sociais. O conceito de seleção natural levou à compreensão de que as civilizações mais desenvolvidas eram superiores, portanto, outros povos, que não tinham as mesmas características sociais, seriam primitivos e, de uma forma ou de outra estariam fadados à extinção (MUNANGA, 2003).

A raciologia teve como um de seus desdobramentos mais importantes, a eugenia: conceito que denota o aperfeiçoamento da raça humana a partir do embranquecimento da espécie. Tendo como precursor o antropólogo Francis Galton (1822 – 1910), que defendia que determinados grupos humanos possuíam características intelectuais e de adaptação superiores a outros, transmitindo assim, por meio da descendência, tais características (DIWAN, 2007).

Nota-se, portanto, que as ponderações teóricas a respeito das raças se encontram marcadas por ideias errôneas e preconceituosas, que buscam, quase sempre, evidenciar a superioridade de um povo em relação a outro, ou, mais exatamente, a superioridade do branco em relação ao negro.

2. Democracia racial e racismo no Brasil: como se desenvolveu a identidade negra

No fim do século XIX, no período de novos ideais, como a Proclamação da República, sucedida da abolição da escravatura, a raciologia e conseqüentemente conceitos de eugenia eram defendidos entre intelectuais do país, fomentados pelos ideais da colonização que gerou o surgimento de uma sociedade escravocrata, a qual o negro é considerado inferior ao branco.

Segundo Fanon (2008), a supressão da cultura de um povo por meio de processos de colonização gera, em sua identidade (HALL; WOODWARD, 2009), um complexo de inferioridade em relação à cultura do colonizador, já que para estes autores as identidades se baseiam nos antecedentes históricos.

A partir do pensamento de Hall e Woodward (2009), podemos dizer que o negro escravo e seus descendentes firmaram em suas identidades esse complexo de inferioridade, advindo dos processos históricos, que incluem o tráfico de pessoas do continente africano para o Brasil e todo o período escravocrata que se iniciou com a colonização.

O conceito de identidade é importante para entendermos o mito da democracia racial. Para Hall e Woodward (2009, p. 11), “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos”. No período escravocrata, o negro nascido escravo foi privado de todos estes antecedentes, tendo que estabelecer sua identidade a partir da imposição do colonizador, e o processo de miscigenação não deixa de ser uma imposição sexual, como nos mostra Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande e Senzala*, de 1933.

O estudioso mencionado explica que o Brasil é resultado de mais de quatro séculos de miscigenação, pois investigou a forma como o povo brasileiro se formou a partir da mistura entre o português, o africano e o indígena (FREYRE, 2003). Para Darcy Ribeiro, o povo brasileiro também se formou pela mestiçagem, imprimindo em nossa nação uma “morena humanidade em flor” (RIBEIRO, 1995, p. 68).

Em sua obra, Ribeiro analisa o crescimento demográfico do Brasil, segundo ele, pela formação dos “brancos brasileiros” (RIBEIRO, 1995, p. 230), os considerados pardos. O antropólogo referido também aborda a tendência em classificar os brancos como mais bem sucedidos em relação aos negros e aos “pardos”. A esse respeito, Petrônio Domingues (2005, p. 124) vai ressaltar que “nenhuma sociedade escravista das Américas deixou de produzir uma vasta população mulata”, e o Brasil, como foi o último

país a abolir a escravidão, teve essa produção mais expandida. Porém, com o mito da democracia racial “fabricou a figura do mulato” (DOMINGUES, 2005, p. 125), como uma categoria independente, nem negro, nem branco.

Ainda com este autor, o mulato era considerado diferente no sistema racial brasileiro, o que lhe conferia um tratamento com maior privilégio em relação ao negro, com maiores chances de ascensão e aceitação social. O autor ainda afirma que essa diferenciação, em contrapartida, relacionou-se aos interesses da dominação, contribuindo fortemente para a diminuição do conceito de antagonismo racial brasileiro, dando mais visibilidade ao mito da democracia racial:

O surgimento da democracia racial, pelo panorama das correlações das forças raciais no período pós-abolicionista, supõe-se que foi providencial por três motivos. Inicialmente para desarticular quaisquer movimentos de luta dos manumitidos [aqueles que têm liberdade, que possuem carta de alforria] contra seus ex-senhores, segundo, desarticulou qualquer possibilidade do Estado brasileiro implantar políticas compensatórias em benefício aos ex-escravos e por fim, isentava o ex-senhor de qualquer responsabilidade sobre o destino dos manumitidos. (DOMINGUES, 2005, p. 118).

Para o estudioso em epígrafe, a democracia racial surge, justamente para isentar o branco de qualquer sentimento de culpa sobre o período escravocrata, durante o qual submeteu o negro ao trabalho escravo, e também, após a sua libertação, retirar do branco toda responsabilidade e dívida social que teria para com o negro, já que, pelas leis da república, todos eram considerados iguais.

Para Munanga (2008), o negro contribuiu gratuitamente para a economia durante o período da escravidão, e culturalmente em todo o período histórico do Brasil. Desse modo, o mito da democracia racial participou de maneira indireta para que se criasse, no imaginário do povo, uma ideia de que tudo o que se relacionava ao negro seria visto como inferior. Propagada como integração e relação pacífica entre as raças, o mito da democracia racial contribuiu para que os negros buscassem se integrar numa sociedade baseada em ideais na qual não havia espaço para essa integração, visto que, para ser aceito em determinados grupos, o negro deveria negar sua própria cultura e tudo o que tem relação ao que lhe é pertinente, configurando-se como ideologias altamente nocivas e que se perpetuaram no imaginário do povo brasileiro.

As ideologias são imagens invertidas do mundo real e as relações sociais de dominação as produzem para ocultar mecanismos de opressão. Assim, o mito da democracia racial era uma distorção do padrão das

relações raciais no Brasil, construído ideologicamente por uma elite considerada branca, intencional ou involuntariamente, para maquiar a opressiva realidade da desigualdade entre negros e brancos. (DOMINGUES, 2005, p. 118).

As relações de sentidos apoiadas por uma elite considerada branca no Brasil produzem, por meio do mito da democracia racial, a ideologia invertida de que somos um país livre de qualquer forma de discriminação racial, porém, conceitos racistas provenientes da raciologia defendiam, no Brasil e no mundo, por meio do darwinismo social e da eugenia, o embranquecimento da raça humana para sua própria evolução.

Para Fanon (2008, p. 9), “o racista cria o inferiorizado”. Munanga vai ressaltar que esta criação é sociológica, pois surge a partir do momento em que o indivíduo racista considera inferior algum grupo social com traços diferentes dos seus, visto que tais traços não se limitam somente à cor da pele, mas também à cultura, língua e religião. A partir do conceito de racismo e sua relação com o conceito de raça, podemos entender o mito da democracia racial como uma forma de racismo, já que contribui para a produção de uma ideologia inexistente ou invertida (COSTA, 1979).

3. Resistência negra na literatura infantil

Menina Bonita do Laço de Fita é a literatura no seu mais puro estado de arte, pois evidencia a necessidade de se falar sobre racismo para as crianças, principalmente nas escolas. O texto, por oposição, coloca o leitor que compreende sua profundidade, diante de uma verdade que aparece nos indicadores sociais brasileiros, resultado da marginalização que o povo negro sofreu/sofre durante e após os períodos de escravidão no Brasil.

A marginalização negra se fortaleceu pela falta de ações afirmativas e políticas públicas que visassem dar a este povo condições equivalentes ao branco, e também pela negação da dívida histórica que toda sociedade brasileira tem para com os negros por conta dos mais de 350 anos de escravidão, assim como pelo surgimento do mito da democracia racial e seus desdobramentos no início do século XX.

No texto de Ana Maria Machado, o diálogo que caminha de antemão aos valores pré-estabelecidos, tem como objetivo dar espaço à criança negra dentro do ambiente em que se insere, seja em casa e principalmente na escola, onde o contato com a diversidade étnica é maior. Através da dessacralização contida em *Menina Bonita do Laço de Fita*, a criança negra pode perceber como se desenvolvem as relações a sua

volta e como se configuram os padrões arraigados na sociedade brasileira, em relação à cor da pele, e a tudo o que deriva dos grupos étnicos não brancos.

Para Candido (1976), o valor externo representa a parte social do texto literário, neste caso, podemos considerar a temática racial, cabendo ao analista compreender este valor como parte da estrutura da obra, o que o torna também interno. Para a teoria da literatura infantil, segundo Zilberman (2003, p. 64), o externo, ou seja, os contextos sociais tratados na literatura infantil importam de maneira significativa, pois a literatura para crianças apresenta “um papel preparatório, isto é, tem uma missão formadora que pode ser examinada em dois sentidos”, que a estudiosa explicita nos seguintes termos:

Incute na criança certos valores, sejam eles de natureza social ou ética (ou ainda, ambas) [...] propicia a adoção de hábitos, que podem ser de dois tipos: - de consumo, incluindo-se aqui a frequência ao texto literário, ao estimular a aquisição dos livros com certa constância e a leitura permanente; - de comportamentos socialmente preferidos, visto que igualmente neste caso estes modelos atuacionais correspondem a variadas possibilidades, que se estendem desde a adoção de boas maneiras, até o estímulo a uma atividade de questionamento das bases de organização da sociedade. (ZILBERMAN, 2003 p. 64).

O texto literário infantil permite, segundo Zilberman, a proposição de diálogos de cunho sociológico a respeito da temática racial, como é o caso de *Menina Bonita do Laço de Fita*, de forma mais elucidativa em relação ao caráter estético, pois para a autora, o caráter estético da literatura infantil ainda é tratado com menor relevância do que seu caráter social (ZILBERMAN, 2003).

No livro que estamos analisando, é narrada a história de um personagem branco que busca se empretecer, opondo-se tanto a si mesmo como a seus antepassados. Nesse sentido, podemos compreender essa busca como elemento de caráter estético de cunho sociológico, pois sugere diversos elementos que possibilitam diálogos de resistência em relação ao racismo.

Nota-se pela paródia, o diálogo referente às questões culturais do povo negro em vários sentidos. A “função social”, que para Zilberman (2003, p. 64) irá contribuir para o valor estético da obra está marcada, principalmente na personagem coelho, pois é este quem busca se integrar à cultura do outro, de forma que, por se tratar de um texto infantil, essa busca se dá a partir das ideias da criança em como surge a negritude no sentido etimológico.

Para a mãe da menina, essa negritude está marcada na ancestralidade, em nenhum momento o texto concebe um contexto escravagista da sociedade brasileira, porém permite relacionar fatos que se desenvolveram na história e que também aparecem marcados na narrativa.

O valor literário tão somente emergirá da renúncia ao normativo, o que implica ao abandono do ponto de vista adulto, ampliação do horizonte temático de representação e incorporação de uma linguagem renovadora, atenta aos discursos da vanguarda, às modalidades da paródia, enfim, acompanhando a evolução da arte literária, que se dá sempre como ruptura e não como obediência. (ZILBERMAN, 2003 p. 69).

Podemos notar a renúncia ao normativo em diversos momentos do texto. Inicialmente na apresentação da personagem da menina, no sentido de que permite à criança conceber uma visão do negro como protagonista da história, diferente do que acontece na maioria das histórias infantis, habitadas por fadas, princesas e príncipes que geralmente tem um padrão estético europeizado.

A pele era escura e lustrosa que nem o pelo da pantera negra quando pula na chuva. Ainda por cima, a mãe gostava de fazer trancinhas no cabelo dela e enfeitar com laço de fita colorida. Ela ficava parecendo uma princesa das Terras da África, ou uma fada do Reino do Luar. (MACHADO, 2011 p. 2 - 3).

E também na busca da personagem coelho, na qual a renúncia aos valores pré-estabelecidos estão marcados de forma mais coesa para a criança, o que nos faz compreender o “abandono do ponto de vista adulto” (ZILBERMAN, 2003, p. 69), pois pela investigação dos conceitos acima abordados: raça e racismo, o negro é quem geralmente busca o lugar do branco e não o contrário. Isto ocorre em diversos sentidos, e esta ideia teria sido sustentada pela concepção do mito da democracia racial.

A ruptura a qual Zilberman se refere, representa o externo na parte estrutural do texto como interno, ainda sob a perspectiva de Candido (1976), pois sugere a literatura como processo artístico em movimento. Quando a mãe da menina explica ao coelho como ela é tão pretinha, esta personagem se refere à ancestralidade, assim o Coelho ao conhecer uma coelha negra tem vários filhos de diversas cores, fazendo uma ponte com os processos de miscigenação que formaram o povo brasileiro, de uma forma mais simplificada, a criança pode compreender como surge a diversidade étnica por meio de um texto infantil.

O coelho achava a menina a pessoa mais linda que ele tinha visto em toda a vida. E pensava: - Ah, quando eu casar quero ter uma filha pretinha

e linda que nem ela... Por isso ele foi um dia até a casa da menina e perguntou: - Menina bonita do laço de fita, qual é o teu segredo para ser tão pretinha? (MACHADO, 2011 p. 6 - 7).

A personagem coelho já se caracteriza por uma visão renovadora, no sentido contrário ao que é imposto socialmente. Os processos de empoderamento negro se baseiam necessariamente na aceitação da negritude, do corpo negro tal como ele é, dessa forma, encontramos uma inversão de valores na personagem que quer ter descendentes negros, mas também que quer ser negro como a menina.

Zilberman (2003, p. 72) ainda afirma que a função da literatura infantil, também se constitui em “propiciar à criança um conjunto de normas de comportamento e meios de decodificação do mundo circundante, integrando e adequando o leitor a ele”. No texto aqui analisado, o referente literário que compreende o valor estético da literatura infantil está baseado nos antecedentes históricos que na narrativa compõem as personagens negras, assim como na inversão de valores pré-concebidos que caracterizam a composição da personagem coelho.

Dessa forma, podemos conceber no texto de Ana Maria Machado o valor estético em relação à temática racial, pois apresenta, segundo o pensamento de Zilberman (2003), elementos de dessacralização internos à obra pelo seu conteúdo, assim como na forma da narrativa, pelos paralelos que indicamos com a formação do povo brasileiro, pela miscigenação ocorrida com a personagem coelho, e também pela ancestralidade marcada na personagem da mãe da menina.

Considerações finais

Cabe ao professor o papel de orientador na proposição de uma leitura como esta, pois o texto contém diversos elementos que colaboram para os processos de empoderamento, no sentido de dar uma visão do belo ao corpo negro, assim como também fala sobre ancestralidade, miscigenação, entre outros fatores pertinentes à cultura do povo negro.

Temos no texto literário infantil utilizado para este artigo, a matéria necessária para fortalecer o pensamento crítico sobre determinados assuntos, principalmente aqueles ligados aos valores sociais anteriormente e atualmente hierarquizados, justificado no próprio texto pela relação entre o externo e interno que dão o tom de literalidade ao discurso da narrativa.

Com efeito, é certo dizer que *Menina Bonita do Laço de Fita* é um texto infantil que fala sobre empoderamento negro, no sentido de se embasar na temática racial em seu conteúdo, expressos estruturalmente na forma como acontecem as relações das personagens pelos discursos da narrativa e também, na paródia presente no modo como o coelho realiza seu objetivo em ter filhos negros e conseqüentemente de diversas cores.

O pensamento de Zilberman em relação à forma como a literatura infantil apresenta-se como materialidade da linguagem, dialoga com o pensamento de Candido (1976) a respeito da composição literária, com intuito de se constituir pela intersecção dos fatores sociais, neste caso sobre a temática racial e os principais elementos da formação cultural do povo negro no Brasil, elementos estes que configuram a nossa cultura por todo o período colonial e pós-colonial.

Ana Maria Machado concebe uma linguagem marcada por referentes históricos em um texto infantil, referentes que dialogam com estudos antropológicos do início do século XX, e principalmente com a obra de Gilberto Freyre de 1933, *Casa Grande e Senzala*. Com isso, podemos considerar, ao analisar uma obra como esta, que a literatura infantil e infanto-juvenil, sob a perspectiva de Zilberman (2003), compreende uma série de elementos de valor estético e social importantes para a formação do pensamento crítico da criança em relação ao racismo como é o caso aqui estudado, assim como contribui para uma percepção maior dos contextos pelos quais a sociedade brasileira vem se desenvolvendo desde sua formação.

A negritude brasileira é um pilar da composição da nossa sociedade, assim como também a questão indígena é relevante, porque o português ao colonizar nosso país, não de forma pacífica como aponta Freyre (1933), foi responsável pela miscigenação de três povos distintos, fator que explica a diversidade cultural presente no Brasil.

Assim sendo, julga-se de extrema importância ensinar nas escolas as diferentes perspectivas dos povos que conviveram e convivem em uma mesma sociedade, e para finalizar, pela perspectiva de Candido (1976), nada melhor do que o texto literário, pois é ele que melhor pode conceber uma sociedade da forma como ela é, pelo fato de ser uma representação e ser capaz de diminuir ou dissipar preconceitos e ideias retrógradas que ainda segregam pessoas devido a sua cor, nacionalidade, credo religioso etc.

Referências

- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- COSTA, Emilia Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.
- DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.
- DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e da mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus, n. 10, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2018.
- FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. Recife: Ed. Global Editora, 2003.
- HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 9. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.
- MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 2000.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008.
- _____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PENESB-RJ, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.
- ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Ed. Global, 2003.